

O CEARÁ NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



A separação oficial do Brasil de Portugal a 7 de setembro de 1822 foi guiada pelos latifundiários e comerciante do que hoje é chamado sudeste.

As elites encontraram no Príncipe D. Pedro um instrumento importante. Este fazia a independência desejada pelos setores dominantes e em troca “ganhava” o trono do Brasil.

Com o “Grito do Ipiranga” , o príncipe português foi coroado como D.Pedro I , o primeiro imperador do Brasil.

Na década de 1820, a intensificação da concorrência da cotonicultura do EUA, o aumento da produtividade das fábricas inglesas (com menos algodão se passou a produzir mais tecidos) e pragas como o mofo vão atingir em cheio a produção e a lucratividade do algodão no Brasil, em especial o do Ceará.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR



As classes dominantes do Sudeste iniciaram uma série de articulações visando manter em suas mãos o controle do país. Em consequência passaram a ter diversos choques com o Imperador e com as elites de outras regiões

A dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e a imposição da constituição de 1824 fizeram eclodir na região hoje chamada Nordeste, pois na época esta denominação não existia. Facções das elites locais, temendo perder sua autonomia e ressentindo-se da subordinação ao governo central do Rio de Janeiro, passaram a acenar bandeiras liberais, nacionalistas e separatistas, propondo criação de uma república confederada independente no norte do Brasil.....

a Confederação do Equador

O Ceará entrou na revolução basicamente por causa da sua vinculação a Pernambuco.

Mesmo depois da separação administrativa de Pernambuco em 1799, o Ceará continuava vinculado a Pernambuco, pois parte da produção algodoeira era exportada pelo porto do Recife. Os rebanhos bovinos cearenses eram encaminhados a grande maioria para Pernambuco. Portanto, o Ceará estava suscetível ao que se passava neste Estado e a acompanhá-lo na insurreição.

A retração na economia pernambucana na década de 1820, agravou a crise econômica no Ceará.

Os “Patriotas”, liderados pela família Alencar, desejavam conservar o comando da província. Estes eram agarrados às ideias liberais e rivalizavam contra os “corcundas”, vinculados ao monarquismo.

Os patriotas queriam no fundo preservar seu prestígio e poder consolidando os senhores de terra como chefes do novo Estado. Com o centralismo político do Império, havia um temor de que D. Pedro cada vez mais poderoso conduzisse o país a uma recolonização.

Em janeiro de 1824, Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, percebem que o domínio do grupo liberal está ameaçado e predispõem-se a lutar para manter esse domínio.

Em 9 de janeiro de 1824, a Câmara de Campo Maior de Quixeramobim declarou excluído do trono o imperador e decaída da Dinastia Bragantina, proclamando-se a República com um governo a ser entregue a José Pereira Filgueiras.

A pressão dos “corcundas” trouxe para Fortaleza Tristão e Filgueiras e, posteriormente, Martiniano para tentarem propagar as ideias republicanas. Intuito conseguido dentre outras razões pela criação do Diário do Governo do Ceará, primeiro jornal publicado no Ceará, sob a direção de Pe.Inácio de Loyola

A tensão política se agravou em 14 de abril de 1824, quando chega ao Ceará o primeiro presidente da província nomeado por D. Pedro em substituição ao Governo provisório, Pedro José de Costa Barros, comerciante de Aracati, ligado aos corcundas. Filgueiras e suas tropas, refugiam-se em Arronches (Parangaba) onde articulam resistência.

Costa Barros foi até Arronches tentar uma conciliação, porém , esta durou muito pouco, pois o Presidente queria fechar as fronteiras com Pernambuco atingindo em cheio as relações comerciais e o canal de notícias da província.

Os liberais rompem com Costa Barros e seguem para Aquiraz. A 25 de abril de 1824, o exército patriota inicia marcha sobre Fortaleza e acampa em Messejana.

A 28 de abril os rebeldes ocupam Fortaleza. Pressionado, Costa Barros entrega o cargo e Tristão Gonçalves foi eleito Presidente Temporário do Ceará.

Uma euforia tomou conta dos patriotas e, num arroubo de lusofobia e de nacionalismo passaram a usar sobrenomes indígenas:

Mororó/Carapinima/Jataí/Anta/Ibiapina/
Araripe, etc

O governo rebelde cearense não chegou a propor nenhum plano de ação administrativa, mas baixou um ato demitindo os europeus de cargos civis e militares, o que, na verdade, atingia os portugueses.

A Confederação do Equador foi oficialmente criada em Recife dia 02 de julho de 1824.

Os líderes rebeldes desconheciam, ante a lentidão dos meios de comunicação, que a República estava sendo abortada em Pernambuco.

As forças monarquistas conseguiram entrar no Recife a 12 de setembro de 1824. a população é massacrada com saques, incêndios e fuzilamentos.

Mesmo com a rendição pernambucana o Ceará continuou lutando na Confederação – seria o último a se render. A expedição de Filgueiras só toma conhecimento dos insucessos de Recife no final de setembro quando chegam a região de Icó.

A 18 de outubro de 1824, atracava em fortaleza a divisão naval do império comandado por Lorde Cochrane, que exige o fim imediato da rebelião. Jose Félix, que tinha recebido de forma provisória o poder da República, se rende sem resistência alguma, jurando fidelidade a D. Pedro.

Tristão procura Pereira Filgueiras no Cariri para organizar resistência. Mas, no trajeto, dia 31 de outubro de 1824, cercado por tropas inimigas e quase só, tenta fugir desesperadamente. Acaba morto a tiros, tendo o cadáver barbaramente mutilado.

Sem ter o controle das tropas Martiniano e Filgueiras decidem dissolver o exército republicano, arrependidos amargamente da causa que abraçaram.

Os dois se separaram e cada um amargou seu destino. Filgueiras se rendeu ao Capitão Reinaldo de Araújo Bezerra e, preso, foi conduzido ao Rio de Janeiro falecendo no caminho.

Martiniano, depois de escapar de muitas emboscadas, acabou preso na Bahia. Enviado ao Rio de Janeiro, escreveu uma humilhante súplica a D. Pedro I negando qualquer envolvimento na Confederação do Equador.

Apesar das promessas de anistia de Lord Cochrane, D. Pedro I ordenou a instalação de comissão militar, a qual deveria condenar a morte os “revolucionários” cearenses.

Assim recebem a pena capital: Pe. Mororó, João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Feliciano Jose da Silva Carapinima, Luis Inácio de Azevedo Bolão

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Farias, Airton de – História do Ceará
/ Airton de Farias. Fortaleza: Edições
Livro Técnico 2009. – 5ª edição